

<https://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004803>

Literatura Moderna como forma de discurso e de conhecimento sobre a sociedade

Erkki Sevänen*

Resumo

Desde a década de 1960, o ceticismo e o construtivismo epistemológicos têm marcado posição nos estudos literários. A fase tardia do estruturalismo, o pós-estruturalismo, certas subáreas da narratologia atual e, particularmente, alguns representantes da recente sociologia da literatura têm sustentado essa corrente filosófica de pensamento nos estudos literários. Segundo essa corrente, a função epistêmica da literatura residiria, sobretudo, em sua capacidade de ajudar a desconstruir diferentes discursos ou visões de mundo e a entender suas forças e debilidades. Este artigo sustenta que essas tendências de pesquisa operam com uma concepção unidimensional da realidade e com uma versão questionável de construtivismo. Daí não apreenderem a especificidade da realidade sociocultural nem a relação epistêmica específica dos atores sociais com essa realidade. A partir disso, a literatura moderna pode ser vista como uma prática discursiva com propriedades epistêmicas e avaliativas. É uma prática que geralmente trata dos problemas causados pelo desenvolvimento da realidade sociocultural, e que são vistos, subjetivamente, pelos autores dos textos literários, como importantes. Muitas vezes, são os textos literários os primeiros a expressarem publicamente tais problemas.

Palavras-chave: Conhecimento, Ceticismo, Construtivismo, Prática discursiva, Valores.

*Universidade do Leste da Finlândia, Joensuu. Carélia do Norte, Finlândia

Modern Literature as a form of discourse and knowledge of society♦

Abstract

Since the 1960's, epistemological skepticism and constructionism have had a firm position in literary studies. Structuralism's late phase, post-structuralism, certain sub-branches of current narratology, and certain representatives of recent sociology of literature, in particular, have maintained this sort of philosophical line of thought in literary studies. According to it, literature's epistemic function can chiefly lie in that it possibly helps us to deconstruct different discourses or world views and to understand their strengths and weaknesses. The article argues for the view that these research trends operate with a unidimensional conception of reality and with a questionable version of constructionism. Hence, they do not understand the specificity of societal-cultural reality and social actors' specific epistemic relation to it. On this basis, modern literature can be seen as a discursive practice with epistemic and evaluative properties. It is a practice that usually deals with the problems that are caused by the development of societal-cultural reality and that are felt personally important by the authors of literary texts. Often it is just literary texts that first give a public expression to problems such as these.

Keywords: knowledge, skepticism, constructionism, discursive practice, values.

Introdução

Em seu bem conhecido estudo, *Le Capital au XXle siècle* (O Capital no século XXI) (2013), o economista francês Thomas Piketty enaltece o modo como a literatura europeia do século XIX representa a sociedade e suas enormes desigualdades de classe. Piketty tem em mente, em particular, os romances de Honoré de Balzac (1799-1850) e de Jane Austen (1775-1817), que descrevem os efeitos das marcadas hierarquias de classe do século 19 “com um poder evocativo e uma verossimilhança que nenhuma análise teórica ou estatística seria capaz de alcançar” (Piketty,

♦Tradução de Regina Vargas

2014, p. 2, 53-54, 105-106, 113-116). Nesse sentido, esses romances oferecem um quadro bem mais preciso da sociedade de classes do século 19, do que as ciências sociais e a história são capazes de proporcionar.

Estudiosos da literatura não necessariamente compartilham da visão de Piketty. Desde a segunda metade do século 20, os estudos literários, de um modo geral, abandonaram a ideia de que as obras literárias poderiam nos oferecer conhecimento genuíno sobre o mundo. Esse tipo de ceticismo em relação à literatura não era característico das linhas de pesquisa tradicionais como o positivismo biográfico, o marxismo e o estruturalismo clássico, que costumavam enfatizar o valor epistêmico e cognitivo da literatura. No entanto, já na fase tardia do estruturalismo, em especial em *Opera aperta* (Obra Aberta) de Umberto Eco (1962) e em *S/Z* de Roland Barthes (1970), a literatura deixa de ser uma rota epistêmica para o mundo, embora seja ainda, nesses dois trabalhos, capaz de problematizar distintas visões da realidade. O pós-estruturalismo foi uma continuação dessas obras. Por essa razão, uma lufada de construtivismo propagou-se nas comunidades acadêmicas no mundo ocidental nas décadas de 1970 e 1980. Embora a era de ouro do pós-estruturalismo tenha terminado nos anos 1990, a epistemologia construtivista ainda influencia os estudos literários. Isso se manifesta, por exemplo, em algumas vertentes da narratologia atual ou “pós-clássica”, que entendem as narrativas como construções humanas que projetam uma ordem lógica sobre a realidade. Nesse sentido, David Herman (2003a; 2003b), Louis O. Mink (1970), Galen Strawson (2004) e Hayden White (1987), entre outros, têm observado uma óbvia incongruência entre as narrativas e a realidade.

As ciências cognitivas e suas incursões nos estudos literários poderiam, em princípio, significar um distanciamento mais explícito de um construtivismo forte. Como as ciências cognitivas, através da pesquisa empírica e experimental, têm focado no estudo da mente humana e de suas formas de funcionamento, as incursões dessas ciências nos estudos literários enfatizam a dimensão cognitiva e intelectual da literatura. Contudo, até agora, infelizmente, essas ciências têm quase sempre deixado de fora

de seu horizonte as questões epistêmicas e epistemológicas. Este artigo desenvolve uma abordagem que considera a literatura moderna como um fenômeno discursivo com propriedades epistêmicas. Estou ciente de que, recentemente, os estudiosos da literatura têm preferido uma visão mais cética do seu valor epistêmico, mas, como mostrarei, a perspectiva em questão apoia-se em estudos literários, na filosofia e na sociologia praticadas desde o início do século 20. O artigo está estruturado da forma descrita a seguir.

Primeiro, analiso a cultura do ceticismo epistemológico e do construtivismo nos estudos literários e suas disciplinas afins. Os representantes dessa cultura não se limitam a Barthes, Eco e os pós-estruturalistas, mas incluem também alguns sociólogos (Niklas Luhmann) e críticos literários de orientação sociológica (Terry Eagleton, Siegfried J. Schmidt). Esta última observação revela que uma abordagem sociológica nos estudos literários nem sempre está ligada a uma perspectiva positiva das potencialidades epistêmicas da literatura. Com algumas ressalvas, clássicos da sociologia da literatura, como Georg Lukács, Theodor W. Adorno e Fredric Jameson, veem a literatura como uma forma especial de conhecimento da sociedade, mas seus sucessores têm sido, com frequência, mais céticos a esse respeito. Isso concerne, particularmente, a Luhmann e Schmidt que têm representado a perspectiva construtivista na sociologia da arte e da literatura. Quanto a Eagleton, suas posições não podem ser equiparadas ao construtivismo, embora ele também tenha se afastado de Lukács e Adorno.

Qual o problema com a corrente construtivista acima mencionada? Ao formular suas posições epistemológicas, os representantes dessa corrente não costumam diferenciar a natureza física da realidade sociocultural. Essa omissão tem implicações negativas, pois ignora o fato de que a realidade sociocultural não consiste simplesmente de estruturas abstratas, coisas concretas e comportamento físico das pessoas, mas também de significados, regras, normas e valores que guiam esse comportamento. Disso decorre que os atores sociais têm conhecimento prévio, mais ou menos sistemático, do mundo em que vivem e atuam, pois – para poderem atuar nesse mundo – precisam internalizar seus significados, regras e valores fundamentais.

Nesse sentido, não existe um muro epistêmico totalmente intransponível entre os atores sociais – incluindo cientistas sociais – e o mundo social.

Este tipo de concepção bidimensional da realidade sociocultural tem sido comum na filosofia hermenêutico-fenomenológica, cujos fundamentos foram estabelecidos por Wilhelm Dilthey, Heinrich Rickert e Wilhelm Windelband na virada entre os séculos 19 e 20. Mais tarde, Edmund Husserl, Martin Heidegger, Hans-Georg Gadamer, a produção tardia de Ludwig Wittgenstein, Peter Winch, Ian Hacking e Paul Ricoeur, particularmente, aprofundaram essa concepção na filosofia, enquanto na sociologia ela foi trabalhada por figuras como Max Weber, Georg Simmel, Alfred Schütz, Jürgen Habermas, G.H. Mead, Harold Garfinkel e Anthony Giddens. Nos estudos literários, a tradição hermenêutico-fenomenológica foi eclipsada pelo pensamento estruturalista e pós-estruturalista na segunda metade do século 20. Atualmente, os estudos literários se mantêm ainda na esteira dessas duas influentes tradições intelectuais. Em parte, por isso, esses estudos apresentam uma perspectiva pouco desenvolvida da função da literatura na sociedade, e tampouco compreendem adequadamente as dimensões epistêmicas da mesma. Este artigo se insere na sociologia da literatura – uma linha de pesquisa constituída na interface entre os estudos literários e a sociologia. A sociologia da literatura deve, portanto, ser capaz de responder de que modo a literatura moderna trata da realidade sociocultural e que tipo de conhecimento dessa realidade os trabalhos literários modernos oferecem. Por “literatura moderna”, entende-se, aqui, principalmente, a literatura ocidental produzida a partir do século 18. Foi apenas no século 18 que a literatura ocidental se desvinculou do paradigma clássico, isto é, de uma forte dependência da antiguidade e da Bíblia, e começou a descrever seu próprio tempo e o mundo social circundante.

Em seguida, o artigo explica de que modo a literatura moderna tem tratado da sociedade. O artigo não considera obras literárias modernas como entidades linguístico-narrativa abstratas, mas como atos comunicativos entre autores e sociedade. A literatura moderna constitui, assim, um campo ou prática discursiva que costuma tratar de problemas

filosóficos, morais, sociais e individuais causados pelo desenvolvimento da realidade sociocultural; na cultura moderna, tem feito parte das tarefas da literatura levantar problemas como esses e tornar a sociedade mais consciente deles. Ao examinar mais detalhadamente determinadas obras literárias, o artigo mostra como esse tipo de comunicação entre literatura e realidade sociocultural efetivou-se na prática.

Ceticismo e construtivismo nos estudos literários e em disciplinas afins

Nos estudos literários tradicionais, o positivismo biográfico, o marxismo e o estruturalismo tinham uma perspectiva filosófica não problematizadora do conhecimento, pois não questionavam a capacidade da mente humana para produzir percepções e representações confiáveis do mundo. Conforme a *Opera Aperta* de Eco e *S/Z* de Barthes, uma concepção epistemológica similar fundamenta a literatura realista-naturalista tradicional que dominou a moderna cultura literária do ocidente desde a década de 1830 até o início do século 20. Na França, Balzac e Émile Zola (1840-1902) foram, talvez, seus representantes mais reconhecidos. Nos referidos estudos, Eco e Barthes mostram-se insatisfeitos com essa tradição.

Os ideais literários de Eco e Barthes vinculavam-se ao *nouveau roman* francês, cujos representantes – Alain Robbe-Grillet (1922-2008), Nathalie Sarraute (1900-1999), Claude Simon (1913-2005) – refletem, em seus romances, sobre os meios linguísticos e narrativos da literatura, tendo abandonado o enredo tradicional e os personagens com múltiplas facetas psicológicas. Barthes escreve que, comparada a essa literatura modernista ou vanguardista, a literatura realista-naturalista tradicional encobre os meios pelos quais constrói uma imagem da sociedade. É uma “literatura invisível” que visa despertar “um efeito de realidade” nos leitores, ou seja, desperta uma ilusão de que ela simplesmente deixa a realidade manifestar-se ou acontecer na literatura. Para Barthes (1970, pp. 11-12, 36, 206, 227), esse procedimento é ideológico, por ser incompatível com sua epistemologia

cética ou agnóstica. Ele não só questionava a capacidade de a linguagem e a literatura representarem adequadamente a realidade, mas também duvidava da capacidade de o conhecimento humano captar a realidade como tal. Como a literatura realista-naturalista dá a impressão de ser capaz de fazê-lo, Barthes concluiu que ela apenas “simula” ser uma imagem objetivamente verdadeira da sociedade.

S/Z também foi colocado no domínio do pós-estruturalismo. Na corrente pós-estruturalista, o realismo e o naturalismo têm sido entendidos como convenções narrativas que não possuem uma posição epistemologicamente privilegiada na literatura. Nessa constelação, a função crítico-social da literatura reside, principalmente, no fato de esta poder questionar as diferentes formas de representação da realidade, isto é, poder mostrá-las como construtos humanos e revelar os compromissos epistemológicos e ideológicos subjacentes às mesmas. A literatura realista-naturalista tradicional é aqui definida como uma forma de representar a realidade epistemologicamente questionável e literariamente obsoleta.

No âmbito filosófico, os representantes e adeptos do pós-estruturalismo têm geralmente apoiado as concepções construtivistas do conhecimento. Seu construtivismo origina-se de duas fontes principais: de um lado, da teoria social de Michel Foucault e, de outro lado, das conexões filosóficas de Jacques Derrida. Em suas obras *Surveiller et punir: naissance de la prison* (Vigiar e Punir: nascimento da prisão) (1975) e *Histoire de la sexualité. La première partie* (História da sexualidade. Parte I) (1976), Foucault lançou a ideia de que “uma vontade de saber” não pode ser separada de “uma vontade de poder”. Essa ideia foi, com frequência, entendida como negação da possibilidade de conhecimento genuíno ou puro. Embora não esteja claro se o próprio Foucault aprovaria incondicionalmente tal interpretação, a “ideia foucaultiana” da união entre poder e busca de conhecimento exerceu enorme influência sobre o pensamento construtivista nas ciências sociais e humanidades. Uma ambiguidade similar afeta a influência de Derrida. Particularmente em seu *De la grammatologie* (Gramatologia) (1967), Derrida introduziu a ideia de que “nada existe fora do texto”. O

sentido dessa ideia permanece não especificado na obra em questão, mas sua interpretação usual é de que o conhecimento está necessariamente vinculado a conceitos ou discursos. Em razão desse vínculo, os adeptos do pós-estruturalismo têm enfatizado que não se pode conhecer a realidade como tal; ao contrário, só se pode conhecer o modo como esta se manifesta em nossos discursos e conceitos.

Dessa forma, o pós-estruturalismo rejeitou a epistemologia realista e a possibilidade de conhecimento objetivo, e tem sustentado o agnosticismo ou o ceticismo em matéria de conhecimento. Os representantes e adeptos do pós-estruturalismo nos estudos literários têm apreciado particularmente os escritos de Derrida, porque eles parecem tratar a ciência, a filosofia e a literatura basicamente da mesma forma, ou seja, como três gêneros distintos de escrita e persuasão retórica. Pela mesma razão, os pós-estruturalistas e seus adeptos conceberam Friedrich Nietzsche como seu precursor intelectual. No ambiente intelectual do século 19, dominado pelo cientificismo, foi Nietzsche quem primeiro expressou profunda desconfiança em relação à visão de mundo cientificista. Isso se manifestou, por exemplo, em seu texto *Über Wahrheit und Lüge im aussermoralischen Sinn* (Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral) (1873), no qual ele responde à questão “O que é a verdade?”, assim:

Um exército móvel de metáforas, metonímias e antropomorfismos, numa palavra, uma soma de relações humanas que foram realçadas poética e retoricamente, transpostas e adornadas, e que, após uma longa utilização, parecem a um povo consolidadas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que elas assim o são [...]. (Nietzsche, 2006, 117)¹

Assim, a dicotomia entre fatos e interpretações ou entre ciência e mitos seria, em última análise, epistemologicamente infundada, e a ideia de verdade seria, em si mesma, um ideal inatingível. Vários pós-estruturalistas

¹ Tradução extraída da edição brasileira de Nietzsche, F. W. (1844-1900). Sobre Verdade e Mentira. Trad. e Org. de Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2007 (Nota da tradutora).

têm desenvolvido essa ideia em seus escritos. Por exemplo, em *Allegories of Reading* (Alegorias da leitura) (1979), Paul de Man, à moda Nietzsche e Derrida, rejeita todos os tipos de oposições simples entre “filosofia” e “retórica” ou entre “filosofia” e “literatura” (ver também Norris, 1988, pp. 64-101). Embora os pós-estruturalistas tenham enfatizado que não há uma fronteira definida entre o exterior e o interior de um texto literário, isto é, entre o objeto e o sujeito nos estudos literários, a maior parte deles – como de Man – tem tratado os textos literários de forma argumentativa. Nesse sentido, Geoffrey H. Hartman (1980), com seu modo extremamente singular de tratar da literatura, não foi seu representante mais típico.

O construtivismo pós-estruturalista é, em primeiro lugar, epistemológico por natureza, mas também contém um elemento de construtivismo social. O *construtivismo epistemológico* não considera o conhecimento humano como um reflexo da realidade, mas sim como uma interpretação mais ou menos criativa desta, enquanto o *construtivismo social* enfatiza que as instituições sociais, regras e normas não são objetos naturais, mas construtos humanos histórica e culturalmente variáveis. Ambas as versões têm sido consideradas parte do pensamento de Foucault. O mesmo se aplica a Luhmann, que trabalhou em sua própria versão do construtivismo, no final dos anos 1980 e nos 1990, especialmente em suas obras *Soziologische Aufklärung. Konstruktivistische Perspektiven* (Esclarecimento sociológico. Perspectivas construtivistas) (Luhmann, 1993) e *Die Wissenschaft der Gesellschaft* (A ciência da sociedade) (Luhmann, 1991).

O construtivismo de Luhmann funda-se, entre outras, na filosofia de George Spencer-Brown, e na biologia teórica de Humberto Maturana e Francisco Varela. Apoiando-se nessas diferentes fontes, ele afirmava que as mentes humanas são sistemas operacionalmente fechados ou *autopoieticos* que lidam com percepções sensoriais, de acordo com seus próprios princípios de funcionamento e por meio de distinções conceituais. Portanto, não se pode capturar a realidade como tal, mas apenas a realidade como ela se nos mostra; assim, nosso conhecimento restringe-se ao *mundo fenomenal*. Nossa imagem do mundo fenomenal varia conforme os ângulos e posições a

partir dos quais o consideramos, e de acordo com as distinções e conceitos que projetamos nele. Na visão de Luhmann, temos necessariamente de utilizar esse tipo de ferramentas, mas, por vezes, convém desconstruir o mundo fenomenal e concebê-lo com ferramentas novas e originais. Assim, em nossa ação cognitiva, devemos enfatizar a dialética da construção e desconstrução do mundo fenomenal (Luhmann, 1991, p. 521, 526-527; 1992, p. 88-90; 1993, p. 31-58).

A literatura e a arte são portadoras, segundo Luhmann, de considerável responsabilidade, pois ajudam-nos a perceber a natureza contingente do mundo fenomenal. Elas nos ajudam a desconstruir as visões de mundo existentes e a construir novas, e ademais sugerem que tudo o que existe no mundo social poderia existir de outra maneira. De acordo com Luhmann, esse último aspecto, um elemento do construtivismo social, é central na arte moderna e na literatura, pois, ao fazer uso da imaginação e criar mundos ficcionais, elas sugerem que arranjos sociais existentes podem ser substituídos por outros tipos de arranjos. Podemos, contudo, perguntar-nos se o tema relacionado a esse elemento é plenamente compatível com a epistemologia construtivista de Luhmann. Em sua concepção da arte, tal elemento de construtivismo social implicaria que os receptores da arte sejam capazes de comparar os mundos ficcionais desta com a realidade – ou pelo menos com suas próprias visões da realidade? Luhmann não parece ter percebido essa ambiguidade em sua perspectiva sobre literatura e arte.

Em parte, por essa razão, Schmidt, discípulo de Luhmann, sustentou que este último não aderiu de forma consistente à epistemologia construtivista. Para distinguir-se de modo mais contundente de Luhmann, Schmidt chamou sua própria versão da epistemologia construtivista de *construtivismo radical*. O construtivismo radical nega a possibilidade de um conhecimento objetivamente verdadeiro, mas admite que certas perspectivas da realidade podem ser intersubjetivamente aprovadas na sociedade ou nas comunidades científicas. Em contrapartida, continua Schmidt (1989, p. 409-432; 1995, p. 225), na literatura moderna, distintos “modelos de mundo” incluem fortes elementos individuais e subjetivos, o que não é negativo; pelo contrário, a comunicação

literária moderna tem sido um espaço social em que os indivíduos têm tido a oportunidade de desenvolver suas identidades e subjetividades.

Assim, desde meados do século 20, o construtivismo epistemológico tem-se consolidado nos estudos literários e disciplinas afins. Em lugar de analisar suas possíveis inconsistências internas, eu gostaria de destacar, aqui, suas perspectivas sobre as funções da literatura moderna. Essas perspectivas são vagas. O construtivismo afirmou que a literatura é um meio de cultivar a subjetividade, de descrever o mundo de um modo novo, e de manter a sociedade ciente da natureza contingente dos arranjos sociais existentes. Essas ideais são certamente louváveis, mas não podem caracterizar adequadamente as funções da literatura moderna na sociedade. Para fazê-lo, é preciso explicitar de que maneiras a literatura moderna lida com a realidade sociocultural.

Literatura moderna como campo e prática discursivos

Em sua epistemologia, o estruturalismo clássico e o pós-estruturalismo têm sido propensos a ignorar a diferença entre a realidade física e a realidade sociocultural. Para ser exato, há, na produção de Barthes, uma mudança em direção a práticas semiótico-sociais, mas outros representantes do estruturalismo costumavam analisar obras literárias como entidades linguístico-narrativas abstratas que manifestam formas mentais universais e a-históricas de estruturação do mundo e da experiência humana. Em parte na mesma linha, os pós-estruturalistas, nos estudos literários, têm favorecido questões filosóficas abstratas e, assim, desconsiderado as relações da literatura com a realidade sociocultural.

Em comparação com o pós-estruturalismo, as ciências cognitivas e suas incursões nos estudos literários tiveram uma perspectiva mais positiva do valor cognitivo da literatura. Isso aparece, por exemplo, em monografias como *Cognitive Poetics* (Poética Cognitiva) de Peter Stockwell (2002) e *Cognitive Science, Literature and the Arts* (Ciência Cognitiva, Literatura e as Artes) de Patrick Colm Hogan (2003), bem como em *Introduction to Cognitive*

Cultural Studies (Introdução aos Estudos Cognitivos da Cultura), editado por Lisa Zunshine (2010). Ao mesmo tempo, é preciso admitir que, infelizmente, a dimensão sociocultural está quase totalmente ausente dos trabalhos de Stockwell e Hogan. Isso não surpreende, uma vez que as origens das ciências cognitivas estão na psicologia, na linguística, na neurobiologia e na ciência da computação. Sendo assim, as ciências cognitivas têm focado na análise das formas como a mente humana percebe, estrutura e interpreta a realidade – e, ao fazê-lo, muito pouco levam em conta o contexto social em que ocorrem essas atividades. O livro editado por Lisa Zunshine difere das monografias de Stockwell e Hogan, pelo fato de que certos artigos aprofundam uma concepção mais multidimensional da realidade, ou seja, uma concepção que busca considerar a especificidade da realidade sociocultural. Isso significa que, em princípio, as ciências cognitivas poderiam ser uma ferramenta útil para a sociologia da literatura, embora, em sua fase atual, ainda não tenham integrado adequadamente as ciências sociais e os estudos culturais em método de análise do funcionamento da mente humana.

Nas correntes hermenêutico-fenomenológicas da filosofia e da sociologia, a realidade sociocultural tem sido entendida como abrangendo duas ou até três dimensões. Segundo Habermas (1973, p. 188, 289-291), a realidade sociocultural difere da natureza física por ser “simbolicamente pré-estruturada”; em outras palavras, discursos, significados, valores, regras, normas e visões de mundo coletivamente compartilhados são seus constituintes essenciais ou necessários, e não propriedades secundárias ou meras entidades ilusórias. Desse modo, a realidade sociocultural consiste de entidades sociomateriais (estruturas de poder econômico-político, redes de comunicação, redes de trânsito, fábricas, edifícios), bem como de entidades socioimateriais (discursos, significados, valores, regras, normas, visões de mundo). Mas, e quanto aos indivíduos concretos? Eles estariam fora da sociedade? Em seu modelo teórico de sociedade, Luhmann excluiu indivíduos ou atores concretos da sociedade e, conseqüentemente, do estudo da sociedade. Contudo, esta posição é questionável, uma vez que os indivíduos ou atores são seres historicamente, culturalmente e

socialmente determinados. Portanto, eles são igualmente, pelo menos em parte, também constituintes da sociedade e objetos apropriados para a pesquisa sociológica.

Evidentemente, os pós-estruturalistas compartilhavam a ideia de que sentidos e discursos são componentes essenciais da sociedade. De fato, toda a produção de Foucault é baseada nessa ideia. No entanto, o fundamental aqui é que, em sua epistemologia, os pós-estruturalistas não têm levado isso em consideração de forma explícita. Ao contrário, ao expressarem suas posições epistemológicas, em geral escrevem como se existisse apenas uma realidade ou apenas um mundo unidimensional, ao qual não temos um acesso epistêmico genuíno. A teoria social hermenêutica, por outro lado, baseia-se na concepção de que os agentes sociais não são marionetes passivas; pelo contrário, os agentes elaboram crenças, interpretações e valorações relativas à sociedade e, em sua ação, aplicam essas crenças, interpretações e valorações, transformando-as, assim, em realidade. Só desse modo, por exemplo, o planejamento social pode transformar em realidade sua própria perspectiva da sociedade. Como afirma Ian Hacking (1999; 2002) em seu *construtivismo moderado*, essa realidade sociocultural é, em parte, dependente das formas como os agentes lhe atribuem significados. Sendo assim, Luhmann e os pós-estruturalistas não perceberam que os atos interpretativos das pessoas são um fator constitutivo da estrutura da realidade sociocultural e, em parte por essa razão, as pessoas têm, dentro de certos limites, um conhecimento genuíno da realidade sociocultural.

Estruturalistas e pós-estruturalistas têm mostrado uma perspectiva passiva da literatura. Os estudos de Mikhail Bakhtin (2007), Hans-Georg Gadamer (1986) e Hans Robert Jauss (1984) oferecem uma base mais adequada para a sociologia da literatura moderna. Esses três estudiosos entenderam a literatura como uma prática comunicativa ou discursiva que se mantém em relação dialógica com a sociedade e as tradições culturais. Um ponto de partida para a criação literária moderna é, geralmente, um problema filosófico, social, intelectual ou moral causado pelo desenvolvimento sociocultural e percebido pessoalmente pelo autor de

um texto literário como relevante. As obras literárias modernas podem ser consideradas reações ou respostas mais ou menos conscientes a problemas como esses. Muitas vezes, são justamente essas obras que, por primeira vez, expressam publicamente esses problemas. Para tanto, as obras literárias modernas utilizam tradições literárias e culturais, outros discursos e formas prevalentes de conhecimento. Terry Eagleton (1976), Pierre Macherey (1966) e Raymond Williams (1977) também entendem a literatura desse modo, mas têm enfatizado mais explicitamente que, como prática cultural, a literatura está conectada a estruturas e processos sociais mais amplos. Para eles, ela participa de lutas discursivas entre diferentes classes, segmentos, camadas e grupos sociais; essas lutas dizem respeito à definição da realidade e de seus fenômenos.

A concepção antes apresentada envolve todos os principais gêneros literários – prosa, drama, poesia –, embora meus exemplos concretos refiram-se, principalmente, à prosa e ao drama. Com base na concepção acima apresentada, dadaístas e poemas surrealistas, peças expressionistas, a obra poética de T.S. Eliot, *The Waste Land* (1922), o romance de James Joyce, *Ulysses* (1922), e a trilogia de Hermann Broch, *Die Schlafwandler* (1931-1932) podem ser vistas como reações literárias e intelectuais à crise da civilização europeia moderna causada pela Primeira Guerra Mundial. No entanto, diferentes gêneros literários respondem ao resto da sociedade de maneira peculiar. Seguindo o modelo de comunicação linguística de Roman Jakobson (1987), podemos dizer que as obras literárias combinam, em grau variável, funções representacionais, expressivas e apelativas. A função representacional é, geralmente, central em romances e peças de teatro, mas esses gêneros, com frequência, particularmente em peças teatrais, também visam influenciar diretamente as atitudes, os valores e o comportamento das pessoas (função apelativa). Como a poesia se concentra em expressar emoções, atitudes e valores, ela dá prioridade à função expressiva da linguagem.

Assim, as obras literárias respondem aos desdobramentos socioculturais de três formas principais. (i) Podem expressar as emoções, por exemplo, o

medo ou a esperança que o desenvolvimento da sociedade desperta nos sujeitos; mas também é possível que (ii) elas reflitam cognoscitivamente sobre esse desenvolvimento e busquem descrevê-lo. (iii) E, se elas avaliarem negativamente esse desenvolvimento, podem incluir apelos explícitos ou implícitos à ação, ou seja, demandas para mudar a sociedade. As formas (ii) e (iii) são centrais em *romances sociais* e *peças sociais*, assim como na *literatura com propósitos sociais* (“Tendenzliteratur”) e *romances societais* (“Gesellschaftsromans”). Desses gêneros, os romances e peças sociais tratam de fenômenos ou problemas sociais únicos, enquanto os romances “societais” buscam oferecer um quadro amplo da sociedade. Neste artigo, analiso principalmente representantes desses gêneros, mas deve-se ter em mente que, em menor medida, esse tipo de análise deve ser aplicável também a outros gêneros literários.

Essa concepção sugere ser tendencioso considerar a literatura apenas como uma forma de conhecimento ou apenas sob a perspectiva cognitiva. A literatura não só descreve a realidade sociocultural e seus fenômenos; pode igualmente indicar que tipo de ordem deve prevalecer nesta realidade. Há sempre um elemento de utopia na literatura – ou, se os autores de obras literárias estão profundamente insatisfeitos com a ordem social predominante, eles podem escolher um modo distópico de representá-la, como acontece, por exemplo, no romance de *Brave New World*, de Aldous Huxley (1932) e no romance *The Road*, de Cormac McCarthy (2006).

Como forma e prática cultural, a literatura participa da definição, avaliação e, indiretamente, de mudanças do mundo. As representações produzidas pela literatura podem ser analisadas a partir dessas perspectivas. Como as representações literárias contêm elementos avaliativos, apelos à ação e perspectivas limitadas do mundo, elas não são cópias puramente miméticas deste, mas interpretações. Essas características surgem, por exemplo, em obras que tratam da posição das mulheres na sociedade. Desde os romances de Charlotte Brontë (1816-1858), *Jane Eyre* (1847) e *Shirley* (1849), e da peça de Henrik Ibsen (1828-1906) *Et Dukkehjem* (A Casa das Bonecas, 1879), a obras como os romances de Margaret Atwood

(nascida em 1939) *The Edible Woman* (A mulher comestível) (1969), e de Toni Morrison (nascida em 1931), *Beloved* (Amada) (1987) e *Paradise* (Paraíso) (1997), a literatura tem, com frequência, representado as mulheres como vítimas oprimidas que não conseguem se realizar plenamente na sociedade. A literatura definiu a posição das mulheres como um problema que pode levar a tragédias pessoais e que não deve ser aceito. No longo prazo, obras como essas têm influenciado as opiniões das pessoas e as preparado para aceitar mudanças que levaram à melhoria da posição das mulheres. Assim, a literatura tem participado indiretamente da mudança e da produção da realidade sociocultural.

Os conceitos de conhecimento e verdade

Como as representações literárias incluem elementos avaliativos e apelos à ação, poder-se-ia concluir que não é adequado aplicar-lhes o conceito de conhecimento. Não compartilho desta conclusão. Antes, penso que as obras literárias podem oferecer-nos conhecimentos de vários tipos. Conforme as epistemologias tradicional e moderna, o *conhecimento* pode ser definido como uma crença verdadeira e justificada. Nessa definição, os teóricos do conhecimento distinguem três suposições, quais sejam: (i) a crença em questão é verdadeira, (ii) os sujeitos cognoscentes a consideram verdadeira e (iii) eles têm motivos para acreditar em sua veracidade (ver Moser; Nat, 1987). Essa definição clássica de conhecimento é aplicável, sobretudo, ao *conhecimento declarativo*, isto é, ao conhecimento referido a situações que prevalecem no mundo e que podem ser expressas pela fórmula “x sabe que y tem tais e tais propriedades” (por exemplo, “x sabe que nosso planeta é redondo”). O conhecimento declarativo difere do *conhecimento procedimental* que se refere a habilidades e capacidades. O conhecimento procedimental é expresso pela fórmula “x sabe como se alcança z” (por exemplo, “x sabe como construir uma casa” ou “x sabe como analisar diferentes visões de mundo”). Nesse sentido, o conhecimento procedimental acerca-se das habilidades técnicas ou metodológicas.

Ambas as formas de conhecimento são, em princípio, relevantes na literatura, uma vez que as obras literárias modernas oferecem descrições da realidade sociocultural e podem ensinar seus leitores a analisar diferentes visões de mundo e a conceber o mundo de outros modos. Esses feitos podem, pelo menos em parte, ser avaliados com a escala verdadeiro / falso. No entanto, não há certeza quanto a quão bem as obras literárias podem preencher a condição (iii) na definição clássica de conhecimento. Pode-se dizer, por exemplo, que o romance *Cosmopolis* (2003), de Don DeLillo (nascido em 1936), traz um certo panorama da economia atual, especialmente dos princípios operativos do capitalismo financeiro. Ele apresenta este panorama ao contar a história fictícia de um jovem bilionário, chamado Eric Packer, e de sua rotina de trabalho.

Eric fez sua enorme fortuna através da especulação cambial. Nessa atividade, ele acompanha pacientemente as mudanças e oscilações das taxas de câmbio, com o objetivo de se beneficiar financeiramente. Esse tipo de especulação carrega riscos, pois envolve a oportunidade de enriquecer de um momento para outro – ou, ao contrário, uma pessoa ou uma empresa pode perder de uma vez toda sua fortuna, em virtude de uma decisão equivocada. No final do romance, esta última possibilidade se concretiza para Eric. Nesse sentido, o romance de DeLillo parece afirmar que a atividade de Eric e a atual economia financeira se separaram perigosamente da “economia real” e da produção do bem comum. Esse tema da alienação repete-se várias vezes no romance de DeLillo. Por exemplo, em uma cena, Eric está sentado no banco de trás de sua luxuosa limusine com Vilja Kinski, sua “consultora teórica”, e ambos comentam a manifestação que os rodeia nas ruas de Nova York:

“Você sabe o que o capitalismo produz. Segundo Marx e Engels.” [Comentário de Vilja Kinski.]

“Seus próprios coveiros”, disse ele.

“Mas esses [os manifestantes] não são os coveiros. Isto é o próprio livre mercado. Essas pessoas são uma fantasia gerada pelo mercado. Elas não

existem fora do mercado. Não há lugar aonde possam ir fora dele. Não há fora.”

A câmera seguiu um policial perseguindo um jovem no meio da multidão, uma imagem que parecia existir a uma vaga distância do momento.

“A cultura de mercado é total. Cria esses homens e mulheres. Eles são necessários ao sistema que eles desprezam. Fornecem-lhe poder e significação. Eles são conduzidos pelo mercado. São negociados nos mercados do mundo. É por isso que existem, para fortalecer e perpetuar o sistema.” (DeLillo 2003, p. 89-90).

No mundo desse romance, o poder do mercado tornou-se onipresente ou total. Mesmo os manifestantes não podem evitá-lo, já que a economia prevalente pode absorver a crítica dirigida a si, produzi-la e utilizá-la como recurso de produção e comercialização. Assim, não há como escapar da atual economia de mercado. O tema da alienação também surge na relação de Eric com a tecnologia da informação. Ele tende a pensar que, talvez, os seres humanos, num futuro próximo, venham a transformar-se em meros componentes funcionais do sistema econômico e dos fluxos digitais de informação. Nesse cenário, eles poderiam até fundir-se com computadores. Além disso, a alienação de Eric é complementada pelo fato de sua vida social ser extremamente limitada. Seu círculo social consiste, principalmente, de pessoas com quem ele tem uma relação instrumental ou não pessoal. Ele tem um motorista de limusine, um guarda-costas, um chefe de segurança, um médico pessoal, um chefe de tecnologia, um especialista em arte, bem como uma consultora teórica para explicar-lhe a realidade. Assim, Eric exteriorizou quase todos os seus relacionamentos humanos, e sequer mostra interesse por sua jovem esposa e sua personalidade; ao contrário, mantém relações sexuais com outras mulheres. Dessa forma, o romance de DeLillo enfatiza que a economia financeira corrente ameaça produzir uma sociedade inteiramente alienada e um tipo de ser humano totalmente alienado.

É verdadeiro este quadro, e o romance o justifica? A história de Eric contém elementos verossímeis e inverossímeis, mas o mais importante nele

talvez seja o fato de aumentar o conhecimento sobre os riscos econômicos, sociais e humanos implícitos na atual economia financeira. Nesse sentido, o romance em questão tem, sem dúvida, valor epistêmico. Contudo, ele não comprova sua perspectiva cáustica da economia atual. Embora o romance contenha referências a situações reais, não se trata, obviamente, de um estudo científico que opere com observações sistemáticas abrangentes e extraia generalizações indutivas. Em um nível mais geral, pode-se concluir que o conhecimento aportado pelas obras literárias modernas, em geral, não é metodicamente controlado ou sistematicamente fundamentado. Nesse sentido, ele muitas vezes se assemelha ao *conhecimento intuitivo ou tácito* que os atores sociais têm sobre sua sociedade.

Tem-se afirmado, às vezes, que, ao avaliar o valor epistêmico da literatura, devem-se comparar as representações literárias, se possível, com representações equivalentes produzidas pelas ciências sociais. No caso de *Cosmópolis*, deve-se, então, comparar sua perspectiva da economia e da sociedade atuais com as perspectivas que têm sido construídas nas ciências econômicas, assim como na sociologia e na psicologia social. Contudo, esse tipo de comparação tem suas limitações. Na verdade, as representações produzidas pelas ciências sociais, com frequência, estão submetidas a debate e avaliação crítica. Portanto, é possível que essas ciências não estejam aptas a oferecer uma perspectiva amplamente aceita da economia e da sociedade atuais. Em segundo lugar, deve-se ter em mente que, em parte, a forma como a literatura trata do mundo é distinta daquela das ciências sociais. Como aponta Monika Fludernik, em seu livro *Towards a 'Natural' Narratology* (Rumo a uma narratologia “natural”) (1996), uma característica central na literatura é a *experencialidade*. Em outras palavras, a literatura descreve o mundo do ponto de vista de um sujeito que o experiencia. No caso de *Cosmópolis*, esse sujeito é Eric, cujo modo de experienciar domina o romance e sua narrativa. Assim, o romance em questão descreve o mundo do ponto de vista de um sujeito alienado, e visa mostrar que esse tipo de alienação é causado pela economia financeira atual.

Quanto aos elementos avaliativos da literatura, não é possível julgá-los diretamente pela escala verdadeiro / falso. Seguindo Habermas (1987, p. 434-444), pode-se afirmar que é apropriado falar sobre validade, adequação e inteligibilidade de valores e normas, ao passo que a escala verdadeiro / falso não tem grande importância aqui. Ainda assim, em certo sentido, o conceito de conhecimento é relevante aqui, também. Em especial porque, quando as obras literárias nos ajudam a entender o tipo de forças, falhas e consequências das quais certos valores e normas são portadores, elas ampliam nosso conhecimento sobre esses valores e normas.

Indiretamente, a definição clássica de conhecimento implica que uma crença poderia ser verdadeira, mesmo se os sujeitos não a consideram verdadeira ou mesmo se não acreditam em sua veracidade. Por outro lado, os sujeitos também podem considerar algo como verdadeiro, embora tenham apenas fundamentos frágeis para essa crença e essa possa revelar-se falsa posteriormente. As últimas possibilidades são importantes. Desde os tempos de Max Scheler, a sociologia do conhecimento tem se interessado por aquilo que é aceito como conhecimento na sociedade. A perspectiva sociológica do conhecimento é também mais frutífera, aqui, do que uma perspectiva puramente epistemológica, pois a primeira relaciona o conteúdo epistêmico ou cognitivo da literatura com seu sentido sociocultural. Deve-se mencionar que a teoria da verdade como correspondência – isto é, a teoria mais comum da verdade – não leva em conta os fatores sociais em sua definição de verdade. Ou seja, de acordo com essa teoria, uma crença é verdadeira se ela “corresponde à realidade”. Por outro lado, a teoria consensual da verdade de Habermas relaciona o problema da verdade com o mundo humano. Na teoria de Habermas, verdade é aceitabilidade: assim, uma crença é aceita como verdadeira se uma comunidade científica ou uma comunidade social puder, com bons e justificados fundamentos, aceitá-la como verdadeira. Também neste caso, uma comunidade científica ou uma comunidade social poderia sustentar uma crença como verdadeira, mas essa vir a revelar-se falsa, mais tarde. Em sua sociologia do conhecimento, Scheler apresentou uma interessante tipologia do conhecimento. A seguir,

apresento-a com vistas a uma concepção mais ampla das relações da literatura com a realidade sociocultural.

Ao lidar com a realidade sociocultural, os autores de obras literárias partem de suas próprias percepções dessa realidade e de sua própria experiência de vida. (a) Assim, as obras literárias portam percepções subjetivas ou pessoais do mundo, mas os autores complementam suas percepções e experiências com personagens, eventos e ambientes fictícios, ajustam esses elementos à fluência lógica da narrativa e interpretam todos esses elementos por meio de distintos referenciais cognitivos. (b) Consequentemente, as obras literárias utilizam convenções e tradições literárias e agregam referências a elas. Esta utilização não é semanticamente neutra, pois modifica os significados e representações transmitidos pelas obras literárias. Além disso, as obras literárias apoiam-se em diferentes referenciais cognitivos. Em sua sociologia do conhecimento, Scheler mencionou vários referenciais cognitivos que poderiam ter alcançado o status do conhecimento: (c) mitos e lendas religiosas, metafísicas, naturais e históricas, ou seja, o conhecimento mítico; (d) o conhecimento implícito na linguagem cotidiana natural; (e) o conhecimento religioso em suas várias manifestações; (f) as formas básicas de conhecimento místico; (g) conhecimento filosófico-metafísico; (h) o conhecimento positivo da matemática, as ciências naturais, as humanidades e as ciências sociais; e (i) conhecimento tecnológico. Scheler (1980, p. 76) acrescenta que cada um desses tipos tem seu estilo peculiar e seu próprio uso da linguagem; portanto, pode-se aplicar-lhes o termo corrente “discursos”. Da mesma forma, pode-se falar de um discurso literário específico, que consiste em convenções e tradições literárias e maneiras de a literatura lidar com o mundo; assim, os itens (a) e (b) descrevem os princípios de funcionamento do discurso literário. Sem dúvida, a tipologia de Scheler está, em parte, obsoleta, devendo, portanto, ser complementada com (j) o conhecimento do senso comum e (k) o conhecimento produzido pelos meios de comunicação de massa. Além disso, com frequência (l) diferentes ideologias políticas ou sociais têm sido consideradas como conhecimento. Isso vale para o nazismo na Alemanha, em 1933-1945, o marxismo-leninismo na União Soviética e, em geral, também

para a doutrina neoliberal nas sociedades atuais. Além disso, (m) discursos étnicos ou nacionais, bem como (n) discursos de gênero são relevantes no caso da literatura moderna e contemporânea.

O pós-estruturalismo e os estudos culturais têm analisado os textos literários como intersecções de discursos. Este método também é útil na sociologia da literatura. As obras literárias costumam tomar como pressupostos certos discursos ou referenciais cognitivos, sem problematizá-los, enquanto criticam determinados outros. Assim, as obras literárias não negam inteiramente a ordem sociocultural predominante, mas, em geral, aceitam algumas de suas dimensões como arranjos evidentes. Isso vale até mesmo para as “vanguardas históricas” do início do século XX, ou seja, para correntes literárias e artísticas como o dadaísmo e o surrealismo que criticavam a moderna sociedade capitalista industrial e o modo de vida burguês, mas que, ao mesmo tempo, eram movimentos artísticos de dominação masculina e voltados para as metrópoles.

As próximas três seções examinam a literatura realista-naturalista tradicional e a literatura contemporânea à luz das distinções e conceitos acima apresentados. Já foi dito algumas vezes que a literatura realista-naturalista tradicional tem seu foco na realidade sociomaterial (instituições, hábitos, conflitos sociais, comportamento das pessoas e suas condições materiais de vida), enquanto a literatura contemporânea concentra-se em analisar e criticar os discursos literários e sociais. Embora tal generalização possa ser parcialmente correta, é importante ter em mente que as obras literárias tratam, em maior ou menor grau, dessas duas dimensões da realidade sociocultural.

Literatura realista-naturalista tradicional

Na história literária, o realismo dos séculos 19 e 20 é também chamado de “realismo crítico”, pois seu tema central foi o avanço da clássica economia do *laissez-faire* ou do capitalismo liberal e suas consequências para o resto da sociedade. Na Inglaterra e na França, esse avanço ocorreu

na década de 1830 e, nos Estados Unidos, Alemanha, Rússia e países nórdicos, no final do século 19. Ao considerar esses temas, os autores muitas vezes viam sua própria criação literária como uma forma imaginativa ou “experimental” de estudar a sociedade. Assim, eles se viam como produtores de conhecimento sobre a sociedade (Claybaugh, 2007; Sicotte, 2013).

Como afirma Wolf Lepenies em seu *Die Drei Kulturen* (As três culturas) ([1985] 1992), nessa altura, a sociologia era, na verdade, uma disciplina apenas em seu alvorecer, com uma posição acadêmica ainda instável. A sociologia e a literatura realista-naturalista eram, portanto, concorrentes no campo do conhecimento social. Na vida cultural do século 19, a diferença entre elas era com frequência considerada tênue, entre outras coisas, porque, para elevar seu próprio status, ambas visavam aproximar-se das ciências naturais. Isso vale, especialmente, para as sociologias francesa e britânica, assim como para Balzac, Zola e o naturalismo. A competição entre elas diluiu-se apenas no início do século 20, ou seja, quando a sociologia se tornou uma disciplina legítima e a literatura começou a afastar-se das formas tradicionais realista-naturalistas de lidar com o mundo (Lepenies, 1992, pp. 1-15).

Na sociologia da literatura contemporânea, é principalmente Jacques Dubois, um historiador literário belga, quem enfatizou a afinidade entre literatura e sociologia, de modo similar ao que fazia a cultura literária do século 19 e início do século 20. Por exemplo, em seus estudos *Les Romanciers du réel. De Balzac à Simenon* (Os romancistas do real. De Balzac a Simenon) (2000) e *Stendhal. Une sociologie romanesque* (Stendhal. Uma sociologia romanesca) (2007), ele caracteriza a literatura realista-naturalista tradicional como uma forma “romanceada” de conhecimento sociológico (Dubois, 2000, pp.9, 62-64; 2007, pp. 11-22). Nessa literatura, ele inclui diferentes autores, de Stendhal (1784-1842), Balzac e Zola a Marcel Proust (1871-1922) e Georges Simenon (1903-1989). Segundo Dubois, de uma literatura como essa, pode-se aprender muito sobre relações de classe, estruturas de poder, disputa por *status* e hábitos sociais na sociedade francesa do século 19 e início do século 20. Assim, ele parece sustentar

que a literatura realista-naturalista francesa e o conhecimento histórico-social empírico são fenômenos similares.

Dubois não especifica sua própria concepção de conhecimento, portanto, é difícil avaliar detalhadamente suas perspectivas. Do mesmo modo, ele ignora as implicações práticas do conhecimento e não leva em conta os aspectos epistemologicamente questionáveis da literatura. Ainda assim, seria fácil concordar com ele em que a produção literária de Balzac e Zola possuem óbvios vazios epistêmicos. Estas produções trazem percepções sistemáticas e descrições dos hábitos, diferenças de classe, valores e visões de mundo da sociedade francesa do século 19, das quais Balzac e Zola esforçaram-se para proporcionar um panorama geral em sua produção. Assim, sua produção, especialmente, os romances de Balzac, tem sido vista como exemplos paradigmáticos do gênero *romance social*. Essa característica sistemática não surpreende, uma vez que os dois autores tinham nas ciências naturais seu modelo intelectual. O que é problemático aqui é que seus romances também tendem a interpretar essas percepções e descrições através do discurso das ciências naturais. O próprio Dubois (2000, p. 173) observa, também, que Balzac costumava comparar a sociedade humana à população animal e que tendia a ver a sociedade humana como um caso especial da natureza. Ele era, na verdade, um admirador de Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1844), conhecido historiador naturalista que defendia uma perspectiva evolucionista e destacava a importância do ambiente na evolução das espécies. Zola, por sua vez, acreditava que o curso da vida de um indivíduo é fortemente determinado por seu genótipo biológico e seu meio social circundante. Sendo assim, seus romances são “experimentações” que tentam mostrar o que acontecerá com uma pessoa que tenha um determinado genótipo e que viva em determinado meio social (ver, também, Boucher, 2013; Dubois, 2000, pp. 62-64, 230-249).

Balzac e Zola, portanto, apoiaram-se no cientificismo do século 19, com sua visão naturalista da sociedade humana. Seus romances nos comunicam essa visão de mundo, mas também podemos interpretar isso de outra forma. Isto é, lendo seus romances, podemos concluir que tipo de

distorções epistêmicas caracterizavam autores e pessoas do século 19. Nos casos de Balzac e Zola, uma distorção epistêmica fundamental reside em que seus romances parecem equiparar sociedades humanas a populações naturais, ou seja, não compreendem a especificidade das sociedades humanas. Do ponto de vista metodológico, essa crítica indica que a sociologia da literatura precisa da ajuda da *crítica da ideologia*. A necessidade da crítica da ideologia emerge do fato de que, como observou Adorno (1980, pp.64-65), *falsa consciência* é uma característica bastante comum na literatura. Na mesma linha, Pierre Bourdieu (1972) fala sobre a *doxa*, ou seja, sobre concepções e crenças tomadas como verdades evidentes na sociedade, mas que, muitas vezes, são falsas. Na sociologia de Bourdieu, a esfera da cultura é repleta dessas crenças. Pode-se definir crítica da ideologia como um procedimento que visa apurar o valor de verdade ou a validade das visões de mundo e dos valores presentes na literatura. Além disso, a crítica da ideologia considera a origem social e a prevalência desses valores e visões de mundo.

A crítica da ideologia não necessariamente rejeita a possibilidade de que as obras literárias possam oferecer representações verazes do mundo; tampouco Adorno e Bourdieu o fazem. Nos estudos sociológicos da literatura, uma posição mais negativa foi adotada por Eagleton. Em sua fase althusseriana, na década de 1970, Eagleton (1976, pp. 72, 77-80, 112) sustentou que as obras literárias não se referem à “história real”; seu referente é, antes, “pseudo-real”. Em outras palavras, as obras literárias mostram como as pessoas vivenciam sua vida em uma dada sociedade e em um dado momento histórico, enquanto a história como tal fica excluída das representações literárias. Eagleton (1976, p.101) conclui que a literatura é capaz de revelar, no máximo, como opera a ideologia nas mentes das pessoas. Sua análise, contudo, está baseada em uma concepção questionável da realidade histórica. Não se justifica uma distinção acentuada entre a história e as experiências das pessoas, pois o modo como as pessoas atribuem significados aos eventos é um elemento central da realidade sociocultural e histórica. Portanto, a literatura pode ajudar a entender esses dois níveis ou dimensões da realidade.

Quanto ao sentido prático da literatura realista-naturalista, em seu estudo, *The Novel of Purpose. Literature and Social Reforms in the Anglo-American World* (O romance engajado. Literatura e reformas sociais no mundo anglo-americano) (2007), Amanda Claybaugh mostra uma estreita conexão entre literatura e reformas sociais, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Nesses países, vários autores realistas e naturalistas buscaram representar o mundo social “como ele realmente é” para convencer as classes altas da necessidade de reformas profundas. Os trabalhos desses autores tratavam, por exemplo, de temas como a escravidão e a prostituição, a posição das mulheres no casamento e na sociedade, a posição das crianças nas fábricas e na sociedade, a miséria material e espiritual da classe trabalhadora, e as contradições entre classes sociais e as condições de vida nas favelas (Claybaugh, 2007, pp. 1-13, 39-41).

Como exemplos de tais obras reformistas, Claybaugh menciona, entre outros, *The Tenant of Wildfell Hall* (A inquilina de Wildfell Hall) (1848, alcoolismo), de Anne Brontë, *Mary Barton* (1848, contradições de classe), de Elizabeth Gaskell, e *Uncle Tom's Cabin* (A cabana do Pai Tomás) (1851-1852, escravidão), de Harriet Beecher-Stowe. Da mesma forma, segue Claybaugh (2007, pp. 52-84), Charles Dickens tinha objetivos reformistas em quase todos os seus livros, especialmente, em *The Pickwick Papers* (As aventuras do Sr. Pickwick) (1836-1837, ser preso em razão de dívidas), *Oliver Twist* (1837-1838, orfanatos), *Nicholas Nickleby* (A vida e as aventuras de Nicholas Nickleby) (1838-1839, condições nas escolas), *Dombey and Son* (Dombey e Filho) (1846-1848, casamentos arranjados, crueldade contra crianças) e em *Bleak House* (A casa soturna) (1852-1853, falhas no sistema judicial). Essas obras representam o gênero da *literatura com propósito social* ou *romance social engajado*.

Em linhas mais gerais, as subculturas artístico-literárias dos séculos 19 e 20 participaram da construção de movimentos reformistas e críticos ao capitalismo e de sua consciência coletiva. Em vários países – não só na Grã-Bretanha, mas também, entre outros, na França, Alemanha e países nórdicos – o nascimento de um movimento organizado da classe trabalhadora e

do movimento de mulheres ocorreu em estreita relação com a formação de uma imprensa radical e de uma cultura literária; sem instrumentos intelectuais e alegóricos como esses, o nascimento desses movimentos teria sido um processo muito mais longo. Como representante desse tipo de literatura, que possuía um profundo sentido epistêmico, cognitivo e prático, pode-se mencionar Minna Canth (1844–1897), uma autora finlandesa. Ela pertence à mesma geração de autores realistas-naturalistas nórdicos do século 19, como o norueguês Henrik Ibsen (1828–1906) e o sueco August Strindberg (1849–1912), e foi fortemente influenciada pelo primeiro. Como exemplos de suas obras, podem-se citar seu romance *Köyhää kansaa* (Gente pobre, 1886), bem como suas peças *Työmiehen vaimo* (Mulher de um trabalhador, 1885) e *Kovan onnen lapsia* (Filhos do infortúnio, 1888). Todos enquadram-se no gênero *literatura engajada*.

Apesar do nome, “Mulher de um trabalhador” não trata, primordialmente, da condição miserável da classe trabalhadora na sociedade do século 19. Seu foco principal é a desigualdade sexual, ou seja, as relações de poder desiguais entre homens e mulheres no casamento e na sociedade. Naquela época, a ordem jurídica da sociedade finlandesa dava aos homens o direito de controlar a propriedade das mulheres, pois, segundo a lei, no casamento, toda a propriedade de uma família ficava sob controle do marido. De forma melodramática, “Mulher de um trabalhador” expõe as arbitrariedades a que essa ordem submetia as mulheres. Na peça, o protagonista homem (Risto) é um personagem fraco que desperdiça seu próprio dinheiro e o de sua mulher (Johanna) embriagando-se e, com isso, torna-se incapaz para o trabalho. Isso coloca a família em uma miséria econômica e espiritual, que destrói Johanna física e mentalmente. No final da peça, Johanna morre, mas – um traço otimista numa peça sombria – seus amigos mais próximos tomam conta dela e do filho pequeno de Risto.

A perspectiva da classe trabalhadora é mais explícita no romance “Gente Pobre”, em que uma família pertencente ao *lumpeproletariat* é forçada a ganhar a vida mendigando. Mari, a protagonista mulher e a mãe da família, consegue suportar esta situação só por sua fé cristã,

mas, quando começa a perder essa fé, ela desmorona psiquicamente. Ao final, ela se encontra internada em um hospital psiquiátrico. “Filhos do infortúnio” é, talvez, o trabalho politicamente mais radical de Canth. Nesta peça, um grupo de operários está construindo uma ferrovia. Contudo, estão na iminência de perder esse emprego em um futuro próximo, e não sabem como, depois disso, poderão sustentar-se e a suas famílias. Por isso, iniciam espontaneamente uma violenta rebelião contra seus empregadores e, finalmente, também contra a ordem social vigente. No final da peça, eles evidentemente recebem punição jurídica, mas o importante, aqui, é que a peça não os condena moralmente. Em vez disso, considera seus atos a partir de diferentes pontos de vista e, assim, os torna mais compreensíveis.

Canth foi, reconhecidamente, uma figura controversa na cultura finlandesa. Ela era admirada como artista ou como dramaturga e escritora, mas, por muito tempo, a cultura oficial finlandesa considerou politicamente questionáveis as três obras acima apresentadas. Assim, no início, foram, principalmente, o movimento de mulheres finlandesas e o movimento trabalhista finlandês os que compartilhavam de suas posições sociais e as aceitavam como representações verazes da sociedade finlandesa. Depois da Segunda Guerra Mundial, ela se tornou, gradualmente, uma autora de “toda a nação finlandesa”. Na verdade, em menor grau, esse tipo de tensão entre a literatura e o resto da sociedade tem sido bastante comum na cultura ocidental moderna. Desde o final do século 18, a literatura tem sido uma área importante na produção de atitudes, valores e visões de mundo novas e radicais. No início, essas novas atitudes, valores e visões de mundo foram, com frequência, mantidas por uma pequena subcultura intelectual, enquanto o resto da sociedade só foi capaz de adotá-las mais amplamente no longo prazo. Nesse sentido, pode-se até falar de *uma lacuna epistêmica* ou um *lapso de tempo* entre a literatura e o restante da sociedade.

Literatura contemporânea

Em seu influente trabalho, *Le Nouvel Esprit du Capitalisme* (O novo espírito do capitalismo) (1999), Luc Boltanski e Éve Chiapello falam sobre dois tipos de crítica ao capitalismo: sobre *crítica social* e *crítica artística*. Ambas as críticas surgiram no século 19, mas, segundo o citado livro, as décadas de 1960 e 1970 formam o último período em que os movimentos sociais e a arte foram capazes de descrever e questionar radicalmente a ordem social vigente. Desde então, as críticas social e artística têm vivido uma situação difícil, entre outras coisas, porque o colapso das experiências socialistas parece ter tornado obsoleto o pensamento utópico. A essa explicação, apresentada por Boltanski e Chiapello, pode-se acrescentar que, desde os anos 1980 e 1990, a esfera da arte também se fundiu cada vez mais com a economia capitalista contemporânea, tornando a arte, em alguma medida, parte integrante da atual ordem social.

Para ser exato, essa fusão parcial entre a economia atual e a arte diz respeito, principalmente, a tipos de arte como arquitetura, cinema, música, *design* e artes visuais. Essas formas de arte fundiram-se com a atual economia capitalista – ou com a atual “economia criativa” – em larga escala, enquanto tendências comparáveis não foram igualmente fortes na literatura. Nesta área, ainda há autores que seguem a tradição de trabalhos socialmente sensíveis. Don DeLillo, cujo romance “Cosmópolis” (2003) examinamos anteriormente, pertence a essa camada, e Michel Houellebecq (nascido em 1956) é outro representante da mesma, conhecido internacionalmente. Embora autores como estes não constituam uma corrente predominante na literatura contemporânea, suas obras indicam que a literatura ainda é capaz de produzir trabalhos epistemologicamente valiosos sobre a realidade sociocultural.

No século 19, os romances não costumavam recorrer à forma de ensaio e a grandes discussões filosóficas, enquanto nos romances atuais esses dispositivos são comuns. Por essa razão, o hábito da literatura de tratar da realidade sociocultural tornou-se, por natureza, mais filosófico. A generalização também afeta obras socialmente sensíveis na literatura

contemporânea. Por exemplo, o romance *Les particules élémentaires* (Partículas elementares) (1998), de Houellebecq, trata da sociedade atual por meio de narrativas e discussões filosóficas, e suas partes ensaísticas criticam diretamente os discursos do capitalismo neoliberal e da liberação sexual. Este romance pretende oferecer uma interpretação geral da “era materialista” ou da modernidade ocidental que teve início no século 17. Racionalismo, individualismo e visão de mundo materialista têm sido características centrais, e o romance de Houellebecq tem seu foco no individualismo.

Segundo o romance, o individualismo está intimamente ligado ao desenvolvimento da economia capitalista moderna. Desde a década de 1960, de forma crescente, foi por meio da “liberação sexual” que esta economia tomou o corpo humano e a libido a seu serviço. Este processo conduziu a uma gradual erotização ou sexualização da sociedade, sobretudo nos mundos do *design*, da moda, da mídia, e da publicidade e *marketing*. Nos indivíduos, tal processo sustentou uma atitude hedonista-consumista em relação ao mundo e às outras pessoas, o que teve um impacto destrutivo sobre as comunidades sociais e a instituição do casamento. Assim, o narrador do romance critica a chamada liberação sexual:

É alarmante que a liberação sexual seja, às vezes, apresentada como um anseio comum, embora tenha sido, de fato, só mais um passo no desenvolvimento histórico do individualismo. Como se pode intuir da bela expressão “a unidade da família”, o casamento e a família representavam o último refúgio do comunismo primitivo na sociedade liberal. A liberação sexual levou à destruição daqueles intermédios comunais que ainda separavam o indivíduo das forças de mercado. Este processo de destruição estendeu-se até nossos dias (Houellebecq, 1998, p. 124).

Os discursos que promovem o capitalismo neoliberal e a liberação sexual reduzem a coesão interna da sociedade e produzem alienação nos indivíduos. Em especial, esses discursos debilitam a possibilidade de alcançar amor e afeição genuínos nos relacionamentos humanos. A visão de Houellebecq sobre a sociedade atual está, portanto, próxima daquela de DeLillo, embora o primeiro confira uma posição muito mais central à capacidade do capitalismo atual de utilizar o mundo da sexualidade

humana para fins econômicos. No entanto, os romances desses dois autores representam a sociedade atual de forma pessimista, geralmente como um espaço social alienado.

Em “Partículas elementares”, a citada crítica sobre o capitalismo é formulada principalmente pelo narrador, assim como por Bruno e Michel Djerzinski, os personagens principais. Deles, Bruno é uma figura ambígua, pois é também viciado em pornografia e consumidor ativo de serviços sexuais comerciais. Michel, por sua vez, é um biólogo talentoso que, no final do romance, elabora um procedimento revolucionário por meio do qual todas as células podem ser copiadas quantas vezes se desejar. Este novo procedimento possibilita a clonagem de todas as espécies vivas. A filosofia subjacente à pesquisa de Michel pode ser formulada assim: a humanidade deve desaparecer e, antes disso, dar à luz uma nova espécie que é assexuada, imortal e livre da individualidade (Houellebecq, 1998, p. 324).

O quarto romance de Houellebecq, *Possibilité d’une île* (A possibilidade de uma ilha) (2005), pode ser entendido como uma continuação dos temas de *Les particules élémentaires*. Este romance combina elementos de diferentes gêneros literários, sobretudo do romance filosófico, da literatura utópica e da ficção científica. Os eventos do romance ocorrem, por uma parte, aproximadamente em nossa era e, de outra, no início do século 31. No mundo deste romance, a antiga espécie humana se está degenerando e desaparecendo da face da Terra e é gradualmente substituída por uma nova espécie humana que se reproduz por clonagem.

Neste mundo ficcional, Daniel 1 ainda está próximo de nossa era e de nossa cultura, embora represente a primeira geração de uma nova espécie humana. Assim, ele possui muitas características “humanas”; por exemplo, tem uma perspectiva um tanto cínica do mundo, e também é incapaz de amar. Além disso, como milionário e artista cômico de sucesso, ele deseja “unir os interesses comerciais da pornografia e da violência extrema”. No entanto, ele conta como, com um cão chamado Fox, um amor generoso ou desinteressado entrou em sua vida. Gerações posteriores dessa nova espécie humana libertam-se mais nitidamente das características

humanas, por exemplo, de sentimentos como compaixão, medo da morte e desejo sexual. Consequentemente, Daniel 24 está praticamente livre desses sentimentos, mas questões relacionadas a amor genuíno ainda são importantes para ele e outros representantes dessa nova espécie humana. Daniel 24 pensa sobre sentimentos, assim:

Bondade, empatia, lealdade e altruísmo são, então, mistérios continuamente não resolvidos que, no entanto, podem ser encontrados a partir da essência limitada dos cães. A possível chegada de *The Becoming* depende da solução deste problema. Acredito na chegada de *The Becoming* (Houellebecq, 2005, p. 64).

O tema do amor genuíno também se repete na bela e breve história de Marie 23, que deixa sua morada e hábitos e começa a procurar o amor – “uma possível ilha”. Questões relacionadas ao amor genuíno ou desinteressado são importantes para essa nova espécie humana, pois seus membros acreditam que um amor como esse é précondição para a felicidade. Como se poderia, então, avaliar esse romance? Eu gostaria de sugerir que, ao falar de amor genuíno, *Possibilité d’une île* reflete sobre valores. A obra pretende mostrar a que tipo de consequências a atual mercantilização da sociedade e a disseminação de uma atitude individualista-hedonista podem conduzir nossa civilização ocidental. O romance de Houellebecq critica essa situação, criando um mundo ficcional que funciona com base em valores quase totalmente diferentes. Assim, sua contribuição epistêmica reside, principalmente, no fato de poder aprofundar nossa compreensão sobre os valores prevalentes na sociedade ocidental atual.

Em seus romances, Houellebecq tem analisado os aspectos sociomateriais da sociedade atual, assim como seus aspectos psicossociais. Esse último aspecto, ou seja, o âmbito dos discursos, tem sido central em certas obras da literatura contemporânea. Obras como essas, portanto, funcionam como um metadiscorso para outros discursos e refletem sobre eles. Essa dimensão metadiscursiva tem sido importante, especialmente nos romances de Michel Tournier (nascido em 1924). Ao reescrever a clássica história de Robinson Crusoé, seu *Vendredi ou des Limbes du*

Pacifique (Sexta-feira ou os limbos do Pacífico) (1967) avalia o racionalismo iluminista e o colonialismo ocidental, apresentando uma alternativa a esses. Nesta versão alternativa, a civilização ocidental vive em equilíbrio com outras civilizações e com a natureza circundante. *Le Roi des Aulnes* (O rei dos álamos), de Tournier (1970), por sua vez, trata da ideologia do nazismo. Como observa Hanna Meretoja (2010, pp. 181-322), este romance parece dizer que os seres humanos necessitam de narrativas e mitos para dar sentido ao mundo e à sua própria existência, mas que o caso do nazismo revela como essa tendência também pode levar a consequências destrutivas, se as pessoas equipararem cegamente mitos com realidade. Com isso, a literatura contemporânea amplia a capacidade de seus leitores de tomarem consciência dos diferentes discursos e analisá-los criticamente.

A reflexão metadiscursiva também pode referir-se à própria literatura. Nesse caso, obras literárias comentam sobre si mesmas e sobre convenções e tradições literárias, como o fizeram representantes do *nouveau roman* e do pós-modernismo – John Barth (nascido em 1930), Jorge Luis Borges (1899-1986), Italo Calvino (1923-1985), Umberto Eco (1932-2016), John Fowles (1926-2005), Thomas Pynchon (nascido em 1937). Essa dimensão, evidentemente, não está ausente da literatura anterior, embora não tenha ocupado uma posição de destaque na literatura realista-naturalista tradicional.

Da mesma forma, durante as últimas décadas, a literatura tem aprofundado a compreensão dos leitores sobre as diferenças étnicas ou nacionais, bem como sobre as diferenças de gênero nas sociedades atuais. As obras de Salman Rushdie (nascido em 1947) e de Zadie Smith (nascida em 1975) fazem parte do primeiro caso; e Margaret Atwood (nascida em 1939), Virginie Despentes (nascida em 1969) e Toni Morrison (nascida em 1931) pertencem ao segundo caso, enquanto autores como James Baldwin (1924-1987), Aurora Levis Morales (nascida em 1954) e Emine Sevgi Özdamar (nascida em 1946), uma escritora turco-alemã, combinam pontos de vista étnicos e de gênero em sua produção. De um modo geral, os estudos literários têm, indiretamente, presumido que autores como esses ampliam nosso

conhecimento sobre as sociedades atuais. Compartilho essa crença, mas, e quanto à função social desses segmentos literários? Temos fundamentos para supor que eles terão uma função social semelhante à que exerceu a literatura realista-naturalista do século 19? Ou seja, poderão esses também contribuir concretamente para mudanças sociais? Infelizmente, no momento, é prematuro tentar responder a essas questões. Normalmente, os conteúdos epistêmicos, valores e apelos à ação inseridos em obras literárias precisam influenciar as mentes e atitudes das pessoas por várias gerações, antes que consigam mudar, de modo mais amplo e concreto, a realidade sociocultural. No entanto, pode-se dizer, pelo menos, que hoje esses segmentos literários, como as obras de Houellebecq e DeLillo, estão influenciando o modo de pensar e os posicionamentos de seus leitores individualmente.

Conclusões

Desde o final do século 20, o ceticismo epistemológico e o agnosticismo, bem como o construtivismo em suas várias manifestações vêm-se consolidando dentro dos estudos literários. Em decorrência disso, esses estudos não têm sido capazes de elaborar uma perspectiva plausível do valor epistêmico da literatura e de suas funções na sociedade. Embora a era de ouro do pós-estruturalismo esteja hoje, em parte, ultrapassada, as correntes sucessoras não superaram suas principais fragilidades. O mesmo ocorre com relação às incursões das ciências cognitivas nos estudos literários. Essas, em geral, evitaram questões epistêmicas e epistemológicas, embora possam, em princípio, colaborar com a sociologia da literatura. O presente artigo desenvolveu uma perspectiva alternativa para entender a literatura moderna. Tal perspectiva considera a literatura moderna como um discurso cognitivamente relevante sobre a realidade sociocultural. Nesta função, a literatura moderna tem aportado conhecimento sobre aspectos materiais e intelectuais da sociedade, bem como sobre as diversas formas pelas quais as pessoas vivenciam sua vida em sociedade.

Erkki Sevänen é Professor de Literatura e Sociologia da Literatura, da Escola de Humanidades/Língua Finlandesa e Ciências Culturais, da Universidade do Leste da Finlândia, Joensuu, Finlândia.

✉ erkki.sevanen@uef.fi

Referências

Ficção

1. CANTH, Minna. Työmiehen vaimo. Näytelmä [Mulher de um trabalhador. Teatro]. In: CANTH, Minna. **Valitut teokset**. Helsinki: WSOY, [1885] 1953.
2. CANTH, Minna. Köyhää kansaa. Pienoisromaani. [Gente pobre. Novela,]. In: CANTH, Minna. **Köyhää kansaa, Kauppa-Lopo**. Lehtori Hellmanin vaimo. Salakari. Agnes. Hämeenlinna: Karisto, [1886] 1983. p. 5-61.
3. CANTH, Minna. Kovan onnen lapsia. Näytelmä. [Filhos do infortúnio. Teatro] In Minna Canth, **Työmiehen vaimo**. Kovan onnen lapsia. Vantaa: WSOY, [1888] 2003. p. 111-207.
4. DELILLO, Don. **Cosmopolis**. Londres: Picador, 2003.
5. HOUELLEBECQ, Michel. **Les particules élémentaires**. Paris: Flammarion, 1998.
6. HOUELLEBECQ, Michel. **La possibilité d'une île**. Paris: Fayard, 2005.
7. ZOLA, Émile. **La Bête humaine**. Paris: Gallimard, [1890] 2006.

Referências de Pesquisa

8. ADORNO, Theodor W. Standort des Erzählers im zeitgenössischen Roman. In: Theodor W. Adorno, **Noten zur Literatur I**. Frankfurt: Suhrkamp, [1954] 1980. p. 61-72.
9. BAKHTIN, Mikhail. **The Word in the World**. Editado por Graham Pechey. Londres: Routledge, 2007.
10. BARTHES, Roland: **S/Z**. Paris: Seuil, 1970.
11. BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.
12. BOUCHER, Francois-Emmanuel. Balzac, les espèces sociales et la Représentation du pouvoir économique au XIX siècle. In: SICOTTE, Geneviève et al. **Fiction et économie**. Représentations de l'économie dans la littérature et les arts du spectacle, XIXe-XXIe siècles. Quebec: Presses de l'Université Laval, 2013. p. 61-78.
13. BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d'une Théorie de la Pratique**, précédé de trois études d'ethnologie Kabyle. Genf: S.A. Droz, 1972.

14. CLAYBAUGH, Amanda. **The Novel of Purpose**. Literature and Social Reform in the Anglo-American World. Ithaca: Cornell University Press, 2007.
15. DERRIDA, Jacques. **De la grammatologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1967.
16. DUBOIS, Jacques. **Les romanciers du reel**. De Balzac à Simenon. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
17. DUBOIS, Jacques. **Stendhal**. Une sociologie Romanesque. Paris: Éditions La Découverte, 2007.
18. EAGLETON, Terry. **Criticism and Ideology**. A Study in Marxist Literary Theory. Londres: NLB, 1976.
19. ECO, Umberto. **Opera aperta**. Milão: Bombiani, 1962.
20. FLUDERNIK, Monica. **Towards a "Natural" Narratology**. Londres: Routledge, 1996.
21. FOUCAULT, Michel. **Surveiller et punir**: naissance de la prison. Paris: Gallimard, 1975.
22. FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité**. La première partie. Paris: Gallimard, 1976.
23. GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode**. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik. Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), [1960] 1986.
24. HABERMAS, Jürgen. **Zur Logik der Sozialwissenschaften**. Materialien. Frankfurt: Suhrkamp, 1973.
25. HABERMAS, Jürgen. **Theorie des kommunikativen Handelns. Band 1**. Handlungsrationality und gesellschaftliche Rationalisierung. Frankfurt: Suhrkamp, 1987.
26. HACKING, Ian. **The Social Construction of What?** Cambridge: Harvard University Press, 1999.
27. HACKING, Ian. **Historical Ontology**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
28. HARTMAN, Geoffrey. **Criticism in the Wilderness**. The Study of Literature Today. New haven: Yale University Press, 1980.
29. HERMAN, David. Introduction. In: HERMAN, David (ed.). **Narrative Theory and the Cognitive Sciences**. Stanford: SCLI Publications, 2003a.
30. HERMAN, David. Stories as a Tool for Thinking. In: HERMAN, David (ed.). **Narrative Theory and the Cognitive Sciences**. Stanford, California. SCLI Publications, 2003b.
31. HOGAN, Patrick Colm. **Cognitive Science, Literature, and the Arts**. A Guide for Humanists. Londres: Routledge, 2003.
32. JAKOBSON, Roman. **Language in Literature**. Editado por Krystyna Pomorska e Stephen Kudy. Cambridge: Belknap, 1987.

33. JAUSS, Hans Robert. **Ästhetische Erfahrung und literarische Hermeneutik**. Frankfurt: Suhrkamp, 1982 [1984].
34. LEPENIES, Wolf. **Between Literature and Science**. The Rise of Sociology. Título original: Die Drei Kulturen [1985]. Traduzido para o inglês por R.J. Hollingdale. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
35. LUHMANN, Niklas. **Die Wissenschaft der Gesellschaft**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1991.
36. LUHMANN, Niklas. **Beobachtungen der Moderne**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1992.
37. LUHMANN, Niklas. **Soziologische Aufklärung 5**. Konstruktivistische Perspektiven. Opladen: Westdetscher Verlag, 1993.
38. MACHEREY, Pierre. **Pour une théorie de la production littéraire**. Paris: Maspero, 1966.
39. MAN, Paul de. **Allegories of Reading**. Figural language in Rousseau, Nietzsche, Rilke and Proust. New haven: Yale University Press, 1979.
40. MERETOJA, Hanna. **The French Narrative Turn**. From the Problematicization of Narrative Subjectivity in Alain Robbe-Grillet's Dans le labyrinthe to its Hermeneutic Rehabilitation in Michel Tournier's Le Roi des Aulnes. Turku: Universidade de Turku, 2010.
41. MINK, Louis O. History and Fiction as Modes of Comprehension. **New Literary History**, v. 1, 1970.
42. MOSER, Paul K.; NAT, Arnold Vander. **Human Knowledge**. Classical and Contemporary Approaches. Oxford: Oxford University Press, 1987.
43. NIETZSCHE, Friedrich. On Truth and Lies in a Nonmoral Sense. Título original: Über Wahrheit und Lüge im aussermoralischen Sinn [1873]. In: PEARSON, Keith Ansell; LARGE, Duncan. **The Nietzsche Reader**. Londres: Blackwell, 2006. p. 114-23.
44. NORRIS, Christopher. **Paul de Man**. Deconstruction and the Critique of Aesthetic Ideology. Londres: Routledge, 1988.
45. PIKETTY, Thomas. **Capital in the Twenty-First Century**. Título original: Le capital au XXI siècle [2013]. Traduzido para o inglês por Arthur Goldhammer. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
46. SCHELER, Max. **Problems of a Sociology of Knowledge**. Traduzido para o inglês por Manfred S. Frings. Editado por e com introdução de Kenneth W. Stikkers. Londres: Routledge, 1980.
47. SCHMIDT, Siegfried. **Die Selbstorganisation des Sozialsystems Literatur im 18. Jahrhundert**. Frankfurt: Suhrkamp, 1989.
48. SCHMIDT, Siegfried J. Konstruktivismus, Systemtheorie und Empirische Literaturwissenschaft. In: BERG, Henk de; PRANGEL, Matthias (eds.). **Differenzen**. Systemtheorie zwischen Dekonstruktionismus and Konstruktionismus. Tübingen: Francke, 1995.

49. SICOTTE, Geneviève et al. (eds.). **Fiction et économie**. Representations de l'économie dans la littérature et les arts du spectacle, XIXe-XXIe siècles. Quebec: Presses de l'Université Laval, 2013.
50. STOCKWELL, Peter. **Cognitive Poetics**. An Introduction. Londres: Routledge, 2002.
51. STRAWSON, Galen. Against Narrativity. **Ratio** v. 17, n. 4, p. 428-52, 2004.
52. WHITE, Hayden. **The Content of Form**. Narrative Discourse and Historical Representation. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.
53. WILLIAMS, Raymond. **Marxism and Literature**. Londres: Oxford University Press, 1977.
54. ZUNSHINE, Lisa (ed.). **Introduction to Cognitive Cultural Studies**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010.

Recebido: 17.10.2017

Aceito: 09.04.2018